



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682652 - SP (2021/0234176-6)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARIA CAMILA AZEVEDO BARROS - SP420671
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : DOUGLAS SILVERIO (PRESO)
CORRÉU : RUAN PEREIRA DOS SANTOS SOUZA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de DOUGLAS SILVERIO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2123569-72.2021.8.26.0000).

O paciente teve a prisão em flagrante convertida em preventiva, tendo sido, posteriormente, denunciado pela prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, da Lei 11.343/2006, na forma do art. 69 do Código Penal.

A impetrante alega a ausência de fundamentação a justificar a segregação cautelar imposta ao custodiado, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Alega que o réu é primário e possui bons antecedentes, não havendo indícios de que, solto, representaria risco à ordem pública ou econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, não podendo a gravidade abstrata do delito ser considerada para tanto.

Aduz que a quantidade de entorpecentes apreendidos – 16,73g de crack e 86,77g de cocaína – não é significativa, não sendo apta, por si só, a indicar maior gravidade da conduta.

Afirma que o paciente certamente *"será beneficiado pela causa de diminuição de pena prevista pelo art. 33, §4º, da Lei de Drogas, ensejando regime aberto para início de cumprimento de pena e substituição da reprimenda privativa de liberdade por restritiva de direitos"* (e-STJ fl. 9).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para revogar a custódia preventiva imposta ao paciente, ainda que com a imposição de medidas cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Com efeito, consignou o Tribunal *a quo* (e-STJ fl. 63):

Não se pode desprezar, realmente, que os fatos delituosos praticados, em tese, pelos pacientes, ensejadores de suas custódias, foram objeto da formação da opinio delicti por tráfico de drogas e associação para a prática desse crime, sendo recebida a denúncia em 21 de maio de 2021.

Trata-se de posse e guarda de nada menos que 115

pedras de “crack”, pesando 63,98g, e 145 papелotes de cocaína, pesando 124,01g, destinados à prática do tráfico em associação para esse fim entre os pacientes, que foram flagrados por policiais estando juntos em conhecido ponto de comercialização de drogas, estando Ruan na posse de parte desses entorpecentes e Douglas trazendo consigo os valores decorrentes das vendas já realizadas. No imóvel por eles indicado encontrou-se o restante das drogas apreendidas.

Essas especificidades das condutas denotam a periculosidade daqueles que as praticam. As quantidades e espécies dos entorpecentes apreendidos (cocaína e “crack”) não podem ser desprezadas.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência